

A urgência da educação em saúde para combater a COVID-19

O primeiro caso da pandemia provocado pelo coronavírus foi registrado na China em dezembro de 2019, em fevereiro de 2020 veio para o Brasil. Hoje são assustadoras 270.000 mortes (enquanto escrevemos) em doze meses de pandemia, com a perspectiva de prolongamento do calvário, pois a imunização em massa da população está em horizonte distante. Apesar do Brasil ser um expectador dos países europeus, onde mudanças epidemiológicas nos antecedem, continuamos agindo como se a pandemia fosse apenas tragédia (do reino do inevitável) e emergência, exigindo só ações imediatas. Não é. Longos e dolorosos meses à frente nos esperam. A educação da população para ampliar a adesão às medidas de proteção contra a Covid é imprescindível.

A pandemia não precisaria ter apanhado o sistema de saúde (público e privado) como surpresa. Falhamos no enfrentamento da catástrofe, como se lidássemos com o absolutamente imprevisível. De todo modo, é passado. O que temos a fazer agora é claro: imunizar a população, ampliar a oferta de leitos de UTI (com profissionais de saúde) e manejar o indigesto distanciamento físico e social.

A imunização e a ampliação de leitos hospitalares e de UTI esbarram em dificuldades técnicas, econômicas, legais, organizacionais e políticas. E o distanciamento social? Quais as dificuldades e as causas da não adesão ao distanciamento? Para responder é preciso separar a população em dois grupos.

O primeiro, a parcela que não pode permanecer em casa, pois precisa buscar a renda mínima para a sobrevivência. Renda emergencial e crédito subsidiado são as medidas mais eficazes para reduzir essa movimentação e suas consequências para o contágio.

O segundo, a parcela que pode permanecer isolada, mas não o faz. Mantém encontros sociais, frequenta espaços públicos sem a proteção de máscaras e o distanciamento necessário. Não satisfeita, distribui via *web* fotos e comentários em um perigoso efeito demonstração.

O desrespeito ao distanciamento e às demais regras de proteção não é provocado apenas por falta de informação, desinformação ou ideologia. Trata-se de um complexo comportamento social cujas causas temos que identificar. O distanciamento não será alcançado apenas com proibições. Não há governo democrático capaz de controlar os movimentos da população com decretos e polícia. Os educadores sabem disso. Sim, investimento em educação traz retorno no curto prazo. É possível, eficaz e ainda há tempo.

Rigorosamente, não tivemos campanhas massivas para educar e mudar o comportamento da população. Portanto, há um amplo espaço para ações educativas. Pelos piores motivos, há dois fatos novos no *front* do enfrentamento à pandemia: agora as ameaças são verdadeiras e as previsões sombrias se confirmam (muitos, muitos daqueles que nos são próximos sucumbiram) e o retorno da renda emergencial ajudará a tolerar o distanciamento, assim como eventuais resistências de alguns setores produtivos que já foram superadas, pois não haverá retomada da economia enquanto a pandemia grassar.

A campanha de adesão às medidas para reduzir o contágio deve ser nacional, contornar diplomaticamente os interesses políticos particulares e considerar: pesquisas para identificar as motivações às resistências da população; elaborar conteúdo e formas adequadas de superar as resistências; produzir material educativo e colocá-la na rua. Correndo contra o tempo, em algumas semanas a campanha estaria pronta para “ir ao ar”.

A educação tem um efeito multiplicador, um cidadão sensibilizado pela campanha pode influir no comportamento de outros. Ao invés de multiplicar infectados, hospitalizados ou mortos, vamos aumentar os combatentes e protegidos.

Há muitas boas intenções disponíveis, muitas ações fragmentadas esperando por lideranças que mobilizem pessoas e recursos. Os líderes das organizações da cadeia produtiva da saúde são os candidatos naturais às funções, têm oportunidade histórica de alterar o destino da nação. Ainda há tempo, mas é preciso pressa.

Maria Cristina S. Amorim - Professora titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da PUC/SP.

Fernando Antonio de Almeida – Professor titular do Departamento de Clínica da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP